

tugal, cujos resultados estão publicados em formato semelhante.

RODRIGO ROSA

*Laura Pereira da Fonseca, Culturas Juvenis, Percursos Femininos. Experiências e Subjectividades na Educação das Raparigas*, Oeiras, Celta Editora, 2001, 211 páginas.

O livro *Culturas Juvenis, Percursos Femininos* é o resultado de um trabalho académico desenvolvido no âmbito da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Enunciado desde as primeiras páginas, o objecto de estudo da obra de Laura Pereira da Fonseca é a análise dos «percurso juvenis de raparigas da classe trabalhadora urbana» segundo «uma perspectiva sociológica dentro das ciências da educação» (p. 1).

Mais especificamente, a autora propõe-se estudar a «problemática das culturas juvenis femininas e a dos processos de transição e preparação de escolhas da escola para o trabalho pago e para as responsabilidades familiares em função das oportunidades construídas em termos de identidades femininas historicamente situadas» (p. 1).

Para tanto, depois de uma primeira parte dedicada à problematização teórica do objecto, esta investigação desenvolve uma pesquisa empírica de tipo intensivo que envolve uma população específica — sete jovens raparigas de um bairro degradado da cidade do Porto, a freguesia da Sé —, visando, por um lado, conhecer os processos de socialização familiar e de vida no bairro de que estas jovens têm sido protagonistas (2.<sup>a</sup> parte da obra), analisar as dinâmicas de escolarização, de formação profissional e de relação com o mundo do trabalho por si experimentadas, por outro (3.<sup>a</sup> parte da obra), e finalmente, questionar os espaços e os tempos em que se constroem, em interacção com o grupo de pares, as suas identidades sociais e de género (4.<sup>a</sup> parte do livro).

Contudo, este trabalho apresenta características específicas. Longe de constituir o produto de uma pesquisa meramente científica, assume objectivos sociais explícitos que vão para além do conhecimento do próprio objecto. São eles «preocupações com a concretização da igualdade de oportunidades [...] com a extensão da cidadania para as raparigas, especificamente para as da classe trabalhadora urbana [...] com a justiça social e com a *sororidade* entre as mulheres [...]» (p. 2), para os quais este estudo deverá constituir um instrumento de emancipação social. Aliás, em bom rigor, as intenções emancipatórias precedem a própria pesquisa científica, ao inspirarem um projecto de investigação-acção — pro-

jecto «Com os jovens da Sé», da iniciativa do Centro Social da Sé Catedral do Porto e coordenado pela autora, equacionado como «uma iniciativa [...] enquadrada numa acção estratégica, intencionalmente construída, enraizada no interesse e facilitação de relações e formas comunicacionais, na criação de novas relações sociais e de desenvolvimento de uma consciência antecipante emancipatória [...]» (p. 49) — que vem posteriormente culminar na pesquisa que ora se apresenta.

Ora, do nosso ponto de vista, o ponto crítico deste trabalho decorre justamente de semelhante origem e preocupações que lhe estão associadas. Não que o problema social de partida não seja pertinente no plano cívico. Pensamos, muito pessoalmente, que o é. Mas sim porque, ao pretender-se enveredar pela produção de conhecimento científico sobre o social, o trabalho de objectivação sociológica da experiência revela-se uma tarefa incontornável, nomeadamente como condição necessária à transformação dos problemas sociais em problemas sociológicos.

O que se observa nesta pesquisa é que nem sempre é claro aquele trabalho de objectivação, balanceando a autora entre uma certa colagem à forma como o problema social foi definido e, noutros momentos, o seu fecundo questionamento crítico. A ambiguidade desta postura parece articular-se, pelo menos em parte, com alguma relutância manifestada pela autora em enveredar por caminhos mobilizadores do património da

matriz sociológica, que não os estritamente reivindicados nesta obra — a «sociologia da educação» e a «sociologia da cultura» (p. 1). Amputada de alguns dos princípios que informam genericamente a reflexão e a prática sociológica, esta pesquisa prefere apostar na sua dimensão compósita, agregando aos já acima mencionados saberes outros relativos aos «estudos sobre as mulheres», às «políticas educativas» e às «correntes epistemológicas e metodológicas qualitativas» (p. 1), para assim construir a sua problemática teórica. Empreendimento que não se afigura fácil, como se depreende. Refiramos dois exemplos.

Uma das assunções não questionadas nesta obra e que tem a ver com juízos decorrentes das preocupações sociais manifestadas pela autora para com um subgrupo — o das raparigas da classe trabalhadora urbana — ao qual reconhece uma condição de desvantagem social dupla, de classe e de género, é a da marginalização das raparigas na escola. Esta seria, aliás, uma das múltiplas manifestações das relações de tipo patriarcal (p. 20) que prevaleceriam ainda largamente no mundo ocidental. Nas escolas portuguesas, à imagem do que se observaria noutros países, verificar-se-ia então «um ambiente de colonização masculina», fenómeno esse «particularmente visível nas escolas secundárias» (pp. 40 e 118) e profundamente penalizador para as alunas. Ora tais argumentos dificilmente poderão sustentar-se no confronto objectivador com os dados de que actualmente dispomos

sobre a realidade educativa portuguesa. Escolas com um corpo docente largamente feminizado do pré-escolar ao ensino secundário. Escolas secundárias em que os alunos são maioritariamente do sexo feminino e em que a selecção académica — nomeadamente à entrada para o ensino superior — resulta largamente favorável às raparigas. A curiosidade científica, justamente, estaria em questionar este «novo» fenómeno social.

Outra das questões prende-se com a reflexividade acerca dos efeitos da própria intervenção realizada no contexto da pesquisa. Através da população estudada pretendeu a autora conhecer a problemática das culturas juvenis femininas da classe trabalhadora urbana, nomeadamente os processos dinâmicos através dos quais se constrói o seu destino social futuro. Das biografias das sete jovens reconstitui percursos, identifica algumas regularidades, desvenda estrangimentos, construindo, assim, os contornos da cultura juvenil feminina que pretende conhecer, inserida num contexto espacial específico. De certa forma, parece colocar o leitor perante um quadro cultural extensível ao grupo juvenil feminino de pertença destas jovens. Contudo, ao contrário de outras jovens do bairro, a população em estudo foi protagonista de uma intervenção social duradoura, enquanto sujeitos participantes num projecto de investigação-acção visando a alteração das condições e possibilidades de construção dos seus destinos sociais. A esse nível, os resultados de

tal intervenção parecem ser manifestos, como a própria autora indica. Tal constatação não deverá dispensar, porém, uma reflexão sobre o efeito dos próprios processos de investigação adoptados sobre a cultura que pretende estudar. Bem pelo contrário.

Mas é ainda ao nível da empiria que o livro de Laura Pereira da Fonseca revela os contributos mais estimulantes, provando, uma vez mais, as vantagens que do confronto entre teoria e empiria se retira em termos de conhecimento sobre o social. Tal parece ter sido sentido também pela autora, já que a partir da segunda parte do livro, ao inaugurar a análise do trabalho empírico, a escrita solta-se, aclara-se e enriquece-se.

Uma das dimensões porventura mais importantes desta obra está na desconstrução que nela é feita de representações comumente construídas acerca das famílias das classes populares de bairros degradados. Contrariamente à crença na precariedade, na desestruturação e na instabilidade dos laços familiares, o que este estudo revela, «tal como na sociedade mais ampla, é uma diversidade de tipos de famílias [...] onde o suporte feminino aparece como muito evidente [...]», decisivo até, na consolidação de um suporte afectivo duradouro coadjuvado, em larga medida, pelas «relações de vizinhança ou de parentesco» (p. 196). Contrariamente à crença no desinvestimento ou, pelo menos, desinteresse destas famílias relativamente à escolaridade dos filhos, o que este estudo

desvenda é uma aposta no sucesso educativo dos filhos, que se manifesta na mobilização de recursos variados, de acordo com as diferentes etapas da vida escolar (pp. 79-83).

Em conclusão, enquanto fonte de conhecimento acerca de processos e dinâmicas sociais, a obra de Laura Pereira da Fonseca cumpre esse desígnio, contribuindo assim para o enriquecimento colectivo do saber de que hoje dispomos sobre a sociedade portuguesa.

MARIA MANUEL VIEIRA

*Ana Paula Santos Quelhas, A Re-fundação do Papel do Estado nas Políticas Sociais*, Coimbra, Almedina, 2001, 284 páginas.

Há cerca de vinte anos Pierre Rosanvallon (1981) anunciava em França aquilo que os economistas já tinham começado a prever — a crise do Estado-Providência ou Estado de bem-estar. Essa crise era, antes de mais, crise financeira do Estado, pois a transição demográfica associada ao aumento da esperança de vida, à acrescida extensão e generalização dos direitos sociais (subsídios de desemprego, doença e invalidez, pensões de reforma) operada em época de expansão económica, exigia uma

proporção crescente de despesas públicas nas funções sociais e, com ela, níveis crescentes de impostos e de contribuições para a segurança social dificilmente sustentáveis. Essa crise era também social e cultural, associada à falência de um modelo anónimo e impessoal de solidariedade orgânica operada através dessa entidade abstracta que é o Estado. Para além do anúncio da crise, tornava claro que se devia evitar a falácia de se considerar que as alternativas eram apenas mais Estado ou mais mercado. O reforço do puro estatismo levaria garantidamente a uma insolvência a prazo; por seu lado, o caminho da privatização das funções passíveis de serem privatizáveis (saúde e pensões de reforma, por exemplo) significaria a regressão dos objectivos redistributivos e de justiça social subjacentes à própria noção de Estado de bem-estar. O caminho da «pós-social-democracia» passaria então por um reforço da sociedade civil, por um renascimento das solidariedades pessoais e da assumpção pelo «terceiro sector» de alguma(s) destas funções tradicionalmente asseguradas pelo Estado.

Nestes vinte anos muito se tem escrito sobre a crise do Estado-Providência, mas poucos estudos empíricos têm analisado as possibilidades de soluções para a crise, nomeadamente o contributo que o «terceiro sector» pode dar para essa solução. Neste sentido é de louvar o contributo de Ana Paula Quelhas, que se insere em grande medida na agenda de investigação referida acima.

O livro em apreço resulta da dissertação de mestrado em Sociologia